



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008227-20.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Samuel de Lima Júnior**
 Requerido: **Detran - Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de pedido tutela antecipada, formulado em caráter antecedente, por Samuel de Lima Júnior, alegando, em síntese, que foi surpreendido ao receber a notificação da instauração do Processo Administrativo nº 0001364-0/2017, que tem como objeto a suspensão do seu direito de dirigir, por infrações de trânsito praticadas na condução da motocicleta de placas DCR 8307. Relata que é paraplégico, não tendo condições físicas de conduzir uma motocicleta e que jamais foi proprietário do referido bem, de modo que não pode ser responsabilizado pelas infrações em questão. Requer, então, a tutela provisória antecipada, a fim de que sejam suspensos os efeitos da punição a ele aplicada, até que se aprecie o mérito da presente ação.

A inicial veio acompanhada pelos documentos de fls. 6/22.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela fl. 23/24.

Houve o aditamento à inicial fls 33/47, para requerer: I) declaração da inexistência da compra e venda da motocicleta placa DCR 8807; II) a declaração da inexistência da relação jurídico-tributária, bem como da inexigibilidade dos valores já lançados III) declaração da insubsistência das multas arroladas IV) condenação dos requeridos Estado de São Paulo e José Domiro de Oliveira Filho a título de danos morais;

O pedido de emenda à inicial foi recebido (fl. 48), determinando-se a citação dos requeridos.

Devidamente citado, o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP apresentou contestação (fl. 73/79), alegando a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, bem como a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por fim impugna os valores pleiteados e requerer a improcedência dos pedidos. Juntou documentos às fls. 96/99.

Citado, o Município apresentou contestação às fls.109/141, na qual sustenta, em preliminar, ilegitimidade passiva parcial. No mérito, aduz que o autor não se desincumbiu do ônus da prova quanto à sua limitação física. Afirma, ainda, que a falsificação da comunicação de venda também não restou comprovada; que há responsabilidade solidária pelo pagamento das multas e que o autor foi notificado no endereço informado quando da comunicação de venda da motocicleta, não apresentando recurso administrativo. Por fim, requer a improcedência dos pedidos. Juntou documentos às fls. 143/162.

Citados, o Estado de São Paulo (fl.60) e José Domiro de Oliveira Filho (fl.108) deixaram transcorrer "in albis" o prazo para apresentar contestação (fl. 164).

Réplica às fls. 168/174.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Acolho a preliminar de inadequação do rito, pois a causa insere-se dentre aquelas de competência do JEFAZ, que, no caso, é absoluta. O argumento não foi contestado pelo autor em réplica.

Como a referida competência está afeta a esta mesma Vara da Fazenda, por economia processual, desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, determinando-se a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede.

Afasto, ainda, a preliminar de ilegitimidade passiva dos requeridos DETRAN e Município de São Carlos, uma vez que alguns autos de infração relacionados no presente feito foram lançadas pelo Município e o DETRAN foi quem conduziu o procedimento para a suspensão da habilitação do autor e indeferiu o seu pedido



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

administrativo.

Superadas as preliminares, passa-se à análise do mérito

Inicialmente, é o caso de se aplicar os efeitos da revelia somente ao requerido José Domiro de Oliveira Filho, pois não questionou a matéria fática alegada. Quanto ao Estado de São Paulo, como o interesse público é indisponível, não se aplicam a ele os efeitos previstos no artigo 319 do CPC, por expressa disposição legal (art. 320, II, do CPC).

No mérito, o pedido comporta acolhimento, havendo que se fazer ajuste somente quanto ao valor pleiteado a título de indenização.

Os documentos trazidos aos autos apontam que não há a assinatura do autor, tampouco qualquer prova concreta que ateste que o veículo esteve na sua posse.

Depreende-se dos documentos colacionados ao feito que o autor jamais chegou a ser proprietário do veículo em questão, conforme se observa no Boletim de Ocorrência de preservação de direitos constante de fls.09/10, no qual o requerente relatou à Autoridade Policial nunca ter sido proprietário do veículo descrito na inicial.

Ressalta-se, ainda, que as limitações físicas do autor, evidenciam a impossibilidade de condução do veículo em questão.

O documento de Autorização de Transferência (DUT) de fl. 15, assinado apenas pelo vendedor, não é capaz de comprovar a efetiva venda do veículo e, neste passo, não restou devidamente comprovada a conclusão do negócio jurídico, não servindo para comprovar a manifestação de vontade.

Embora o artigo 2º do Decreto Estadual n. 60.489/2014 imponha ao Tabelião de Notas o dever de comunicar a venda de veículo automotor “logo após a efetivação do ato de reconhecimento de firma por autenticidade do transmitente/vendedor”, o aperfeiçoamento do ato de comunicação de venda depende de envio pelo Tabelião de Notas de “cópia digitalizada, frente e verso, do Certificado de Registro do Veículo - CRV preenchido e com firmas reconhecidas por autenticidade”.

Ou seja, a formalização da comunicação de venda pressupõe o reconhecimento por autenticidade das assinaturas do vendedor e do comprador no documento de Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O artigo 8º, § 1º, da Portaria DETRAN/SP n. 1.680, de 20.10.2014, dispõe expressamente que “[no caso de transferência da propriedade, o documento de que trata o inciso I deste artigo deverá ser preenchido em nome do comprador e assinado, com reconhecimento de firma por autenticidade, pelo vendedor e pelo comprador]”.

Desta forma, não deveria o Órgão de trânsito proceder à transferência da propriedade do veículo, uma vez que não foram cumpridas as formalidades. Assim, há que se reconhecer o vício nos procedimentos realizados, já que faltava um dos elementos de existência do negócio jurídico, que é a manifestação de vontade.

Evidenciado que a propriedade do veículo nunca fora do autor, tem-se a inexistência do fato gerador do tributo lançado, até porque, como é cediço, o IPVA é devido pelo proprietário.

Nesse sentido, é o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL IPVA - Pretensão do autor de que seja declarada a inexigibilidade da cobrança de débitos relativos ao IPVA, porque jamais foi proprietário ou possuidor de veículo descrito na inicial. Documentos acostados com a peça inaugural, e não impugnados de forma específica pela requerida, que demonstram que o autor foi vítima da matreirice de estelionatários, que com seus dados, adquiriram o veículo Aquisição do bem em nome do autor, por terceiro, mediante fraude Inocorrência do fato gerador porque em momento algum houve, por parte do autor, posse ou domínio sobre o bem objeto de tributação. Verba honorária fixada com base na legislação processual em vigor, inexistindo amparo à sua redução – Ação, na origem, julgada procedente Sentença mantida. Recurso desprovido (TJ-SP. Apelação nº 0000425-21.2013.8.26.0374. 4ª Câmara de Direito Público. Relatora: Ana Liarte.).

Inexigibilidade de cobrança de débito de IPVA - Contribuinte vítima de estelionato Aquisição de veículo por terceiros, com uso indevido de documentos e dados pessoais de vítima Exação descabida Encargos sucumbenciais - Direccionamento à parte vencida -Cabimento Princípios da causalidade e da sucumbência - Manutenção da sentença. 2. Recurso não provido (TJ-SP. Apelação nº 0039397-04.2011.8.26.0577. 12ª Câmara de Direito Público. Relator: Osvaldo de Oliveira.).

As observações constantes da CNH do autor evidenciam que ele é portador



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de deficiência e, portanto, não poderia conduzir a motocicleta. Além disso, em duas infrações, os condutores foram identificados (fls. 97/98), contudo, mesmo assim, foram imputadas ao autor.

Quanto aos danos morais, não há como se afastar a responsabilização do Estado e do requerido José Domiro. Este último, pois lhe foi imputada a falsa comunicação de venda, que causou todos os problemas ao autor, o que não foi negado, em vista da ausência de contestação. Já quanto ao Estado, verifica-se a sua negligência, pois aceitou documento sem reconhecimento de firma do comprador para lhe atribuir a propriedade sobre o veículo, devendo responder pelos danos causados, pois o autor teve afetado seu ânimo psíquico, diante de todo o ocorrido, uma vez que ficou na iminência de ter a sua habilitação suspensa e impossibilitado de dirigir, situação que seria agravada, pelo fato de ser portador de deficiência, com uso de cadeira de rodas.

Quanto à fixação do valor dos danos morais, deve ser feita observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo que a indenização não seja tão alta que ocasione um enriquecimento ilícito do ofendida, e nem tão baixa que não iniba os ofensores de praticar novamente a conduta. Nessa linha de raciocínio, fixo o montante de R\$3.000,00 mil reais (três mil reais) a título de indenização.

Ante todo o exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor, para o fim de:

a) declarar a inexistência da compra e venda da motocicleta CG125 KS, placa DCR 8807 e determinar que a Fazenda do Estado de São Paulo se abstenha de realizar o lançamento de obrigações tributárias decorrentes do veículo descrito na inicial contra o autor.

b) declarar a inexistência da relação jurídico-tributária entre o autor e o Estado de São Paulo, com a conseqüente declaração da inexigibilidade dos valores já lançados ou em vias de lançamento, decorrentes da propriedade do veículo (DPVAT, licenciamento, multas, etc.), com a vedação de quaisquer lançamentos futuros de obrigação tributária que tenham como fato gerador a propriedade do bem;

c) declarar a insubsistência das multas arroladas no aditamento à inicial, condenando-se aos correqueridos, Município de São Carlos e DETRAN (CIRETRAN) na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

obrigação de providenciar a exclusão, do prontuário do requerente, dos pontos e de quaisquer outras menções a referidas multas, bem como a, doravante, não mais lançar multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução do veículo em questão, a cargo do autor; e

d) condenar o Estado de São Paulo e José Domiro de Oliveira Filho, solidariamente, no pagamento, ao autor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, que deverão ter seu valor corrigido a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, pela "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada" e juros moratórios, que corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, a contar da data do registro no prontuário do autor da propriedade sobre a motocicleta.

Como consequência do aqui decidido, determino ao Detran/Ciretran que desvincule o nome do autor como proprietário do bem, transferindo-o ao requerido José Domiro de Oliveira Filho, confirmando-se, ainda, a tutela antecipada deferida às fls.23/24.

Doravante, o feito será processado observando-se o rito previsto na Lei 12.153/09. Encaminhem-se os autos ao Distribuidor para as retificações necessárias.

Sem verbas sucumbências (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 01 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**